



EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN, RS.

NONO NINO CONSTRUTORA, inscrita no CNPJ sob o nº: 31.303.047.0001-58, com sede na Rua do Comercio, nº: 960, Bairro: Centro. Frederico Westphalen, RS, representada neste ato por seu representante legal o Sr. **LUCAS DALLA LIBERA**, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº: 4099771216, CPF nº: 013.083.540.45, residente e domiciliado na AVENIDA LUIZ MILANI, nº: 1950, Bairro Fátima, nesta cidade, vêm, respeitosamente à presença de Vossa Excelência interpor.

RECURSOS CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proferida tomada de preços nº: 33/2018, aberta pelo departamento de compras e licitações, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DOS FATOS

1. Com fundamento nas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e demais alterações introduzidas pela Lei n.º 8883/94, foi abertos os envelopes **HABILITAÇÃO**, sendo que após verificação por parte da comissão de licitações, fora vista que o documento Fiscal FGTS não se encontrava no envelope.

2. No dia 23/11/2018 a Comissão Permanente de Licitação declarou a recorrente inabilitada para o certame, em razão de não atender os itens 8.8.1. IX, letra a4, do Edital, o quais versam sobre a documentação necessária à habilitação, verbis:

3. A decisão da respeitável Comissão Permanente de Licitações, conforme anotado na Ata, fundamenta-se especificamente na não apresentação da Negativa do FGTS.

4. Ressaltamos que a empresa Nono Nino, possuía no momento de abertura dos envelopes o Certificado de Registro Cadastral – CRC. O qual Possui todas as informações necessários da empresa inclusive o certificado em falta no envelope. O qual se encontra em data valida até o dia da licitação.

DO DIREITO

RECEBIDO

26 / 11 / 18

Carina da Silveira
Agente Administrativo Auxiliar
Mun. de Fred. Westphalen-RS

Com a devida venia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão vejamos:

"A documentação - consoante ensina a saudosa ANNA MARIA COIMBRA - é o conjunto de comprovantes da CRC é um documento emitido para as empresas que efetuam o cadastro de fornecedores, apresentando toda a documentação exigida legalmente. Esse documento pode ser utilizado nas licitações, pois, quando incluído no envelope de documentos, substitui a apresentação de vários documentos.


É constituído por documentos, normalmente solicitados com base nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, sendo que cada órgão/entidade que mantém Registros Cadastrais adota uma listagem padrão, relacionando os documentos necessários para o cadastramento".

Os registros cadastrais são regulados pela Lei nº 8666/93, dispondo essa, em seu art. 34, que (...) "*os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano*". Oportuno asseverar que proclama a lei, em seu art. 35, que, ao requerer inscrição de cadastro, ou simples atualização desses, deve o interessado fornecer os elementos necessários à satisfação dos requisitos de habilitação que se acham estabelecidos no art. 27.

Observa-se, pois, que o cadastramento prévio de interessados em contratar com a Administração é uma exigência da lei quando se trate de órgãos que realizem licitações de forma frequente, devendo, para esse efeito, providenciar a formação de dados em que constem as informações alusivas à habilitação dos cadastrados, respeitando-se, para esse fim, as exigências feitas no art. 27 da Lei nº 8.666/93. Ou seja, tanto para a habilitação, quanto para a formação de registros cadastrais, impõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos as mesmas exigências e os mesmos parâmetros que se destinam a avaliar se o interessado - licitante ou simplesmente cadastrado-atende as condições específicas de qualificação.

O registro cadastral, como se pode concluir, é um banco de dados que deve ser formado por órgãos e entes da Administração Pública que realizem licitações frequentemente, gerando a emissão de um documento identificador chamado "Certificado de registro cadastral" com validade por até um ano. Toma-se por base, para a sua formação, as exigências previstas em caráter geral para a habilitação e permite a classificação dos cadastrados.

O CRC presta-se, portanto, em agilizar a tramitação da licitação e pode na concorrência simplificar sobremaneira a fase de habilitação preliminar. Na Tomada de preços é condição de ingresso, pois o participante deve estar previamente cadastrado, ou providenciar a sua inscrição antes da recepção dos envelopes com as propostas dos licitantes (art. 22, § 2º). No convite, presta-se a orientar a Administração na seleção dos convidados a participação de não convidados.



No entanto Admite-se a substituição da documentação relativa à habilitação do proponente pelo Certificado de Registro Cadastral. No caso em apreço a licitante apresentou o Certificado de Registro Cadastral, conforme previsto do Edital, não se caracterizando, portanto, irregularidade na sua habilitação.

Ora, Senhor (a) Presidente da comissão de licitações, convenhamos que não tem qualquer sentido lógico inabilitar uma empresa a qual já possui documentos que dá condição de participação. Logo que esse documento apresentado atendeu a contento a mens legis. Tanto isto é verdade que a Recorrente faz juntar, nesta oportunidade, os dispositivos e princípios Art. 37. CF: **Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência(...).** Bem como o princípio da Razoabilidade. Art: 19º da Constituição do Estado Do Rio Grande Do sul.

Diversos são os procedimentos licitatórios neste município que já tiveram este tipo de controvérsias, ou seja falta de documento no Envelope De habilitação, mas que foram supridos pelo CRF e por consequência fora feito a continuidade do certame sem a inabilitação das empresas participantes.

DOS PEDIDOS

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detida e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a Recorrente habilitada.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

FREDERICO WESTPHALEN RS. 26/11/2018


LUCAS DALLA LIBERA

31303047/0001-58

NONO NINO CONSTRUTORA LTDA

RUA DO COMÉRCIO, 960, SL. 101B

CENTRO - CEP 98400-000

FREDERICO WESTPHALEN - RS